Sumário

Prefácio
Juan-Ramón Capella 17

Apresentação
Maria Tereza Fonseca Dias e Flávio Henrique Unes Pereira 19

Saudação à homenageada
Antonio Augusto Junho Anastasia 21

Biografia, ... E agora, José?
Fernanda, Fádua e Ana Isaura de Sousa Gustin 23

A história dos sistemas de pensamento e as condições de possibilidade do discurso dos direitos humanos no Brasil hoje
Adalberto Antonio Batista Arcelo 25
1 Introdução 25
2 Michel Foucault e a história dos sistemas de pensamento 26
3 Ciência do Direito, discurso dos direitos humanos e história dos sistemas de pensamento 29
4 Conclusão 31
Referências 32

As origens do Núcleo de Prática Jurídica da UnB
Alexandre Bernardino Costa 35
1 Integração entre ensino, pesquisa e extensão 35
2 A Vila Telebrasília e o Núcleo de Prática Jurídica 37
Referências 42

Cidadania e inclusão social *versus* violência
Angela M. Prata Pace Silva de Assis 45
Referências 47

A torto e a Direito: uma experiência teatral emancipadora
Antônio Eduardo Silva Nicácio 49
1 *A torto e a Direito*: o início de uma experiência 49
2 Metodologia de trabalho 52
2.1 Ensaios 52
2.2 Produção dos textos 52
2.2.1 Definição da demanda 53
2.2.2 Pesquisa do tema 53
2.2.3 Confecção dramatúrgica 55
2.3 Montagem 58
2.3.1 Preparação de atores 58

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3.2 Encenação 58
2.4 Apresentações 60
Referências 63

Sobre segurança pública, violência, Sherlock Holmes e capitão Nascimento
Beatriz Vargas 65
1 Introdução 65
2 Um pouco sobre violência policial e sua aceitação 65
3 Guerras e inimigos 67
4 Controle social como tarefa cotidiana 69
5 Realidade e ficção 70
Referências 71

Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes
Boaventura de Sousa Santos 73
A divisão abissal entre regulação/emancipação e apropriação/violência 78
Cosmopolitismo subalterno 83
Pensamento pós-abissal como um pensamento ecológico 85
Pensamento pós-abissal e co-presença 86
A ecologia de saberes e a inesgotável diversidade da experiência do mundo 86
Saberes e ignorâncias 86
A ciência moderna como parte de uma ecologia de saberes 87
Ecologia de saberes, hierarquia e pragmática 89
Ecologia de saberes, incomensurabilidade e tradução 90
Ecologia de saberes, *mythos*, e *clinamen* 91
Conclusão 92
Referências 93

O ensino do Direito como base da autonomia da pessoa humana
e sua legitimação ética
Brunello Stancioli, Nara Pereira Carvalho 103
1 Introdução 103
2 A autonomia como base para o *ethos* da educação jurídica 104
3 Em busca da legitimidade na educação do Direito: os "estágios morais" de Kohlberg . 105
4 O cidadão produtor e destinatário das normas: a construção do Direito legítimo 108
5 Conclusões e propostas para o ensino do Direito 109
Referências 110

A mediação como exercício de autonomia: entre promessa e efetividade
Camila Silva Nicácio, Renata Camilo de Oliveira 111
1 Mediação: panorama e problemática atual 111
2 Elementos para uma outra possibilidade conceitual 113
3 Pane do Estado Social e configuração do Estado Democrático de Direito 114
4 Faticidade e validade nos discursos de aplicação do Direito: autonomia e mediação 116
5 Mediação para autonomia, mediação para a cidadania: a experiência do Programa Pólos de Cidadania 117
6 Conclusão 118
Referências 119

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Cidadania, democracia e Constituição: o processo de convocação da Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988
Cristiano Paixão, Leonardo Augusto de Andrade Barbosa 121
1 A longa gestação da Constituinte 121
2 Uma memória em disputa 127
Referências 131

As possibilidades da economia solidária enquanto um espaço em construção: re-significando o trabalho para re-significar a vida
Fernanda de Lazari Cardoso, Leonardo Balbino Mascarenhas, Renata Versiani Scott Varella, Roberta Brangioni Fontes 133
1 Introdução: re-significar o trabalho para re-significar a vida 133
2 O trabalho e a atividade capitalista de produção 134
3 A Economia Solidária 138
4 A prática da Economia Solidária no Programa Pólos de Cidadania 139
5 O trabalho solidário e a emancipação 140
Referências 142

A constitucionalização dos direitos trabalhistas e os reflexos no mercado de trabalho
Gabriela Neves Delgado 145
1 Introdução 145
2 Fundamento e estrutura do trabalho nas relações de produção capitalistas ao final do século XX e início do XXI 145
3 "Nova morfologia do trabalho" a partir dos anos 1990 147
4 Trabalhos precários e a "ética do provedor" face ao imperativo da dignidade do ser humano 148
5 A constitucionalização dos direitos trabalhistas e a referência axiológica ao conceito de dignidade do ser humano 150
6 A dignidade enquanto direito fundamental do ser humano 151
7 O patamar civilizatório mínimo do direito ao trabalho digno 152
8 Considerações finais 153
Referências 153

Novos desafios dos movimentos sociais
Gilvander Luís Moreira, Delze dos Santos Laureano 155
1 Os desafios 155
2 Os movimentos sociais 157
3 As novas perplexidades são muitas 158
4 Um desafio quase imperceptível: o poder da mídia, essa cortina de fumaça sobre a realidade 160
5 Articulação entre os movimentos populares criando unidade na luta 162
6 Desafios às lideranças dos movimentos sociais 162
6.1 Ser coerente e não se deslumbrar com o poder 162
6.2 Mudança estrutural e pessoal conjuntamente 163
6.3 Atuar *com* os pobres e não *para* os pobres 163
6.4 É preciso "dar nome aos bois" 163
6.5 Estar bem-informado e adquirir conhecimento profundo 164

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7 Os movimentos sociais estão vivos e atuantes, firmes no enfrentamento dos novos desafios 164
8 Mulheres da Via Campesina, luz para Itueta, cidade fantasma 166
9 Luta contra a transposição, em defesa do Velho Chico e do seu povo 167
10 Considerações finais 168
Referências 168

Poder Judiciário e inclusão social: considerações acerca do papel do controle judicial das políticas públicas para a efetividade dos direitos sociais
Heloisa Helena Nascimento Rocha, Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto 171
1 Colocação do problema 171
2 Administração Pública democrática como condição de efetividade dos direitos sociais. 176
3 Apontamentos sobre o controle judicial das políticas públicas 180
4 Considerações finais: por uma compreensão constitucionalmente adequada do ativismo judicial no Estado Democrático de Direito 183
Referências 184

Poder Judiciário e instituições participativas: reflexões sobre limites, riscos e potencialidades dessa relação para a efetividade dos direitos sociais no Brasil
Jacqueline Passos da Silveira 187
A participação popular nas políticas públicas 187
Poder Judiciário e instâncias participativas 188
Referências 192

De Jürgen à Jorge Habermas: por uma filosofia do direito e da democracia à brasileira
José Eduardo Elias Romão 197
1 Introdução 197
2 Filosofia entre direito e democracia 198
3 *Habermasianamente* contra Habermas 199
Referências 201

Universidade Popular e educação jurídica emancipatória
José Geraldo de Sousa Junior 203
Ensino do Direito e assessoria jurídica 207
A Reforma Universitária e o requisito de responsabilidade social 210
Núcleos de Prática Jurídica, assessoria jurídica comunitária e responsabilidade social dos estudantes de Direito 212
Nova cultura nas faculdades de Direito 216
O Direito Achado na Rua: uma experiência prospectiva carregada de compromisso social 218
O Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da UnB: antecedentes de sua experiência de institucionalização 221
(Re)pensando a universidade e o ensino jurídico na atualidade 227

Uma construção histórica para a interpretação constitucional
José Luiz Quadros de Magalhães 231
1 Introdução 231
2 O nascimento do constitucionalismo moderno 232

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3 Interpretação, história e teorização das práticas jurídicas 236
3.1 O constitucionalismo inglês 236
3.2 O constitucionalismo norte-americano 239
4 Um pressuposto: a autopoiésis é uma condição humana 243
5 Conclusão 245

Ius e *potestas*: o debate sobre a pobreza franciscana e a aproximação semântica e estrutural de Direito e Política no tardo-medievo
Juliana Neuenschwander Magalhães 247

Repensando a exploração sexual infanto-juvenil sob o enfoque do gênero
Larissa Guimarães Baptista, Mariana Prandini Fraga Assis 259
1 Introdução 259
2 Um problema de reconhecimento e de redistribuição 260
2.1 A chave do reconhecimento 263
2.2 A chave da redistribuição 267
3 Rompendo com a opressão: a conexão das chaves 271
Referências 273

Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático
Leonardo Avritzer 275
Desenho institucional participativo: algumas reflexões heterodoxas 276
Orçamento participativo, organização da sociedade e sistema político no Brasil 278
Conselhos de Saúde e partilha de poder: uma comparação com o orçamento participativo 281
Desenhos participativos e ratificação pública: uma análise comparada 283
Conclusão 286
Referências 287

Justiça e poder: uma proposta de interpretação para *Prometeu acorrentado*
Lucas de Alvarenga Gontijo, Thiago Lopes Decat 291
1 Prólogo e resumo da peça *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo 291
1.1 Resumo da peça 292
2 Questões preliminares sobre o uso de texto literário para corroboração de concepções em filosofia do direito 294
3 Emancipação e o fogo civilizador: pressupostos gerais de *Prometeu acorrentado* 296
4 Aspectos políticos: teoria do poder e vigilância 299
5 As concepções de moralidade e justiça: um Prometeu pragmatista 301
Referências 307

Direito e política na proteção da criança e do adolescente
Luciana de Freitas Guerra Lages 309
1 Introdução 309
2 Os direitos da criança e do adolescente sob a ótica da autonomia 310
3 A atuação de instituições públicas na proteção dos direitos da criança e do adolescente 311
4 Os aspectos positivos e negativos da medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade aplicada aos adolescentes infratores 314

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5 Conclusões 318
Referências 319

Cidadania e república no Brasil: história, desafios e projeção do futuro
Lucília de Almeida Neves Delgado 321
1 Introdução 321
2 Cidadania e direitos 322
3 Na dinâmica da história: os projetos alternativos de cidadania 325
3.1 O modelo liberal 325
3.2 O modelo liberal-democrático 326
3.3 O modelo social-democrático 327
4 Desafios e perspectivas da construção da cidadania no Brasil 328
4.1 República Velha: cidadania restrita e excludente 329
4.2 Cidadania controlada (1930-1945) 330
4.3 Cidadania e democracia popular 332
4.4 Cidadania restrita e regime autoritário (1964-1985) 333
4.5 A cidadania em expansão: o Brasil pós-1985 334

A comunicação em redes de desenvolvimento comunitário: reflexões a partir do caso do Conjunto Jardim Felicidade
Luiza Farnese Lana Sarayed-Din 337
1 Introdução 337
2 O bairro Jardim Felicidade 338
3 As ONGs CDM/AVSI e o diagnóstico no Felicidade 339
4 O desenvolvimento do programa de ações integradas: o nascimento da rede 340
5 A rede hoje: cenário e dificuldades 342
6 A comunicação no processo de mobilização social 343
7 Segmentação de públicos 345
8 As redes de desenvolvimento comunitário e o grupo gerador: em busca da co-responsabilidade 346
9 As estratégias para fortalecimento de uma rede 348
9.1 Estratégias para o nível individual de uma rede 348
9.2 Estratégias para o nível grupal de uma rede 350
9.3 Estratégias para o nível social de uma rede 351
10 Considerações finais 351
Referências 352

Segurança pública e violência: visões da sociedade civil
Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira 355

A dimensão coletiva da mediação e o desafio da construção de redes sociais
Márcio Simeone Henriques 361
1 A mediação em sua dimensão coletiva: do privado para o público 361
2 O capital social e o controle social autônomo 362
3 O desafio de constituição de redes 363
4 Considerações finais 364
Referências 365

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Os não-lugares do Direito: uma pesquisa em classe com trabalhadores de rua
Márcio Túlio Viana 367
1 Introdução 367
2 O gritador 368
3 Os malabaristas 369
4 A mulher do cabide 369
5 A filha dela 370
6 O engraxate 370
7 Algumas conclusões 371

A função social no direito urbanístico e na política urbana: uma nova ordem de sustentabilidade das cidades
Maria Coeli Simões Pires 377
1 Considerações preliminares 378
2 O cenário atual e a projeção da crise urbana: uma reflexão sobre as razões estruturantes da ordem urbanística excludente 379
3 A função social no Direito Urbanístico e na política urbana: uma nova ordem de sustentabilidade das cidades 381
3.1 A política urbana na Constituição de 1988 381
3.2 O Estatuto da Cidade 382
3.3 A difícil abordagem da função social urbanística 383
3.4 O princípio da função social 384
3.5 Função social do Direito Urbanístico 385
3.6 Função social da propriedade 386
3.7 Função social da posse 388
3.8 Função social da cidade 390
3.9 Função social do espaço urbano 393
3.10 Função social do mobiliário urbano 396
3.11 Função social dos investimentos públicos 398
3.12 Função social da ambiência urbana 399
3.13 Função social do patrimônio cultural 401
4 Considerações finais 402
Referências 404

O nome da rosa e o nome da lei: barreiras e pontes no espaço urbano
Maria Elisa Braz Barbosa 407
1 Introdução 407
1.1 Considerações iniciais 409
2 O direito fundamental ao bem-estar na cidade 409
3 Estatuto da cidade: instrumento de viabilização do direito a cidades sustentáveis 411
4 Os bens públicos e os processos de exclusão social e segregação espacial 412
5 Considerações finais 417
Referências 418

Uma leitura do discurso da exclusão socioespacial no Brasil: o cortiço, o quarto de despejo, a cidade de Deus – espaços vazios que transbordam
Maria Elisa Braz Barbosa, Maria Coeli Simões Pires 419
Introdução 419

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1 A obra de Foucault: algumas considerações 420
2 O texto literário como produto social simbólico 421
3 O cenário do século XIX: breves considerações 422
4 Excertos da obra *O cortiço*, de Aluísio Azevedo 423
5 O discurso normativo da exclusão socioespacial do século XIX 428
6 Século XX: breves considerações sobre o cenário urbano e a literatura 430
7 O discurso da favela na literatura de Carolina Maria de Jesus 432
8 Alguns elementos jurídico-normativos e os processos de urbanização no século XX 442
9 Pós-modernidade: século XXI 443
10 Tratamento jurídico-normativo contemporâneo 446
11 Considerações finais 447
Referências 448

Ciência, ética e inclusão social em América Latina
Maria Fernanda Salcedo Repolês 451
1 Introdução: o que é correto na teoria nada vale para a prática? 451
2 A invenção da universalidade e da neutralidade: formação do mito da ciência 453
3 A formação de um pensamento latino-americano 456
4 A formação da ciência entre regulação e emancipação 459
5 Conclusão 461
Referências 463

Rumo ao direito administrativo da cidadania e da inclusão social
Maria Tereza Fonseca Dias 465
1 Introdução e problematização 465
2 A ciência emancipatória do Direito Administrativo 466
3 O Direito Administrativo da cidadania 470
4 Direito administrativo das políticas públicas e da inclusão social 473
5 Considerações finais: cidadania e inclusão social a partir do Direito Administrativo: um projeto possível e em construção 476
Referências 477

A concessão de uso especial para fins de moradia como instrumento para regularização fundiária
Marilda de Paula Silveira, Flávio Henrique Unes Pereira 481
1 A concessão de uso especial para fins de moradia: do contexto do surgimento às normas que a fundamentam 481
2 Conceito e requisitos 483
3 A vinculação do direito e o procedimento para obtenção do título 485
4 A segurança e a alteração do local de moradia 487
5 A questão dos imóveis estaduais, municipais e distritais 488
6 A extinção do direito e supressão do título 490
7 Conclusão 491
Referências 491

Direito do Trabalho e inclusão social: o desafio brasileiro
Mauricio Godinho Delgado 495
1 Introdução 495
2 O papel do Direito do Trabalho no capitalismo 495

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.1 Generalização na ordem econômico-social 499
3 Recusa brasileira à generalização do Direito do Trabalho e conseqüente exclusão das grandes maiorias 501
3.1 Dados históricos 502
3.2 Cenários da exclusão social brasileira 504
3.3 Período iniciado em 1990: novas formas de exclusão 506
4 Direito do Trabalho como instrumento de civilização 508

Os 20 anos da Constituição de 1988 e os horizontes da extensão universitária
Menelick de Carvalho Netto, Guilherme Scotti 511

Janelas, mesas, feijões e mulheres que catam sonhos
Mônica Sette Lopes 515

Educação em direitos humanos: um plano, muitos desafios e uma missão
Nilmário Miranda, Egidia Maria de Almeida Aiexe 523
1 Educação para os direitos 523
2 Direitos Humanos, um panorama: entre o discurso e as violações 524
2.1 A (in)compreensão dos Direitos Humanos: entre resistências e contestações 524
2.2 Hermenêutica da suspeita: ótica da dominação *versus* emancipação 526
3 Para entender os tempos sombrios: um esforço de contextualização 528
4 Violência e solidariedade, entre perdas e ganhos: os movimentos sociais 529
4.1 Educação em Direitos Humanos: o lugar dos movimentos sociais 530
5 Novos desafios: uma agenda unificada dos movimentos sociais 533
6 Direitos Humanos, educação e compreensão para a emancipação 534
Referências 534

Atividade tributária, processo administrativo-tributário e administração pública participativa
Rafhael Frattari 537
1 Introdução: tributos apurados e declarados pelos administrados dispensam a abertura do processo administrativo-tributário? 537
2 A inafastabilidade do processo administrativo tributário 538
2.1 A impossibilidade de retificação sem ônus indireto ao contribuinte 539
2.2 O processo administrativo como garantia fundamental do administrado 541
2.2.1 A Constituição Federal como norma fundante da relação entre a Administração Pública e o contribuinte 541
2.3 A oportunidade do processo administrativo como requisito da regular inscrição em dívida ativa 545
2.4 A interpretação constitucionalmente adequada do direito ao processo administrativo 547
3 Conclusões 549
Referências 550

Subcidadania e subintegração das minorias identitárias no Brasil: uma introdução à discussão sociológica da historiografia brasileira
Renato Almeida de Moraes, Carolline Scofield Amaral 553
1 Introdução 553

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2 Crítica às bases epistemológicas tradicionais dos direitos humanos 553
3 Do negro ao subcidadão: genealogia do modelo de discriminação no Brasil 557
4 Síntese conclusiva 562
Referências 563

Programa Pólos: um caso cumprido de cidadania
Sielen Barreto Caldas 565
1 Palavras introdutórias sobre o caso 565
2 O pano de fundo 566
3 Antes de ir para o "campo" 566
4 A unidade do programa 566
5 A nossa vida no campo 567
6 Os projetos do Pólos 568
7 Considerações finais 569
Referências 570

O direito à singularidade dos portadores de sofrimento mental
e a permanente inconstitucionalidade das medidas de segurança
Virgílio de Mattos, Janaína L. Penalva da Silva 571
1 Da inconstitucionalidade nascida em 1988 571
1.1 A modo de início, pensando em pôr um fim nisso tudo 571
1.2 Entre o princípio e o fim 572
1.3 Uns fins 576
2 Da inconstitucionalidade reafirmada em 2001 577
3 O que não se comemora no aniversário de 20 anos de Constituição 579
Referências 580

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br